

Coluna do Castello

Constituição só em dezembro

Se forem respeitados os atuais prazos estabelecidos, e salvo um amplo e ainda pouco provável acordo que reduza ao mínimo o elenco de questões polêmicas, a futura Constituição só deverá ser promulgada no final de dezembro — mais precisamente, conforme o cálculo do senador Marco Maciel e dos seus principais assessores, no dia 21 daquele mês. Não será, assim, surpreendente que o país só ganhe, de fato, uma nova Constituição no início do próximo ano. Basta que se altere um só desses prazos.

O calendário da Assembléia Nacional Constituinte já sofreu, até agora, algumas mudanças que tornam improvável a realização do sonho do deputado Ulysses Guimarães de fazer coincidir a data de promulgação da nova carta com as comemorações pela proclamação da República, em 15 de novembro. Os grupos organizados de constituintes que tentam um entendimento em torno de pontos conflitantes têm alcançado um relativo sucesso.

As manobras regimentais e os recursos à disposição das minorias barulhentas, contudo, deverão encarregar-se de estender a duração da assembléia para além do seu prazo original. Cuida o deputado Ulysses Guimarães para que isso não aconteça — e anuncia sua disposição pessoal de negociar, no corpo-a-corpo com as demais lideranças partidárias, uma saída que abrevie o clima de instabilidade institucional que o país respira.

A crise econômica, naturalmente, contribui para adensar o clima e incide sobre todos os planos da vida do país — mas, tanto ou mais que a crise, é o processo constituinte, com a carga pesada e rica de incertezas que gera, o principal responsável por isso. Não poderia ser de outra forma — a instabilidade dá origem a um processo dessa natureza, em alguns casos, e dura enquanto ele durar, em todos os casos.

Empenham-se o presidente José Sarney, o deputado Ulysses Guimarães e o senador Marco Maciel, entre outras lideranças, para que o desfecho do processo constituinte não marque, também, a dissolução da Aliança Democrática que o PMDB e o PFL formaram para a eleição do presidente Tancredo Neves e que usufrui, hoje, apenas de uma existência formal — movida, fortemente, à distribuição de cargos.

Quer preservá-la o presidente até a escolha do seu sucessor, preocupado com a sustentação parlamentar do seu governo. Quer preservá-la Ulysses porque reside, na hipótese da sobrevivência da Aliança até lá, as maiores chances que ele pode ter para suceder o presidente Sarney. Rompida a Aliança, será outro, não Ulysses, o nome que reunirá mais condições de empolgar o PMDB e de arrebatar-lhe a indicação.

Paga a Aliança o preço do pecado original de ter-se estabelecido, unicamente, como uma aliança de ocasião. Para se eleger, Tancredo juntou o PMDB que combateu o arbítrio durante mais de 20 anos com os derrotados, dentro do PDS, pelo esquema de que resultou a candidatura do deputado Paulo Maluf à sucessão do presidente João Figueiredo. Providenciou-se, às pressas, um arremedo de programa que justificasse a aliança aos olhos da sociedade.

Há ainda quem guarde histórias saborosas, e até mesmo provas documentais, a respeito do processo de confecção do programa. Incluiu-se nele, por exemplo, o compromisso com o restabelecimento imediato das eleições diretas para presidente da República para diferenciá-lo, conforme admite um dos seus redatores anônimos, do programa do deputado Paulo Maluf — que, mais tarde, no desespero de uma derrota previsível, defendeu diretas logo, já, antontem, qualquer dia.

Os homossexuais não mereceram uma referência explícita no item do programa que contemplava a defesa "das minorias" porque Ulysses achou melhor deixá-los de fora. "Põe aí um etcétera no lugar deles", decidiu o presidente do PMDB. E assim foi feito. O excesso de omissões e a formulação de vagos princípios não podem ser apontados, porém, como razões que expliquem a falência da Aliança.

Ela expressou um circunstancial pacto das elites que, uma vez superado sem violência explícita o ocaso do regime inaugurado em 1964, foram cuidar de seus interesses conflitantes e imediatos. Agonia a nível parlamentar e, dificilmente, tal como se apresenta hoje, resistirá à proximidade de novas eleições. De resto, o presidente Sarney desfechou-lhe um duro golpe quando foi à TV e se auto-investiu de um mandato de cinco anos.

Ali, ele subverteu o compromisso e, mais que isso, a vocação de transitoriedade do seu governo, instalado, tão-somente, para operar a travessia do autoritarismo para a democracia cujas estacas serão fíndicas com a nova Constituição. Ali, pode ter ganho os cinco anos que tanto almeja mas, sem dúvida, contribuiu para ampliar o abismo que, perigosamente, separa hoje seu governo da sociedade.

Diretas não obtêm adesão de 150 mil

BRASÍLIA — A emenda popular pedindo eleições diretas para presidente da República seis meses após promulgada a nova Constituição, patrocinada pelo PT, pela CUT e pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, reuniu apenas 49.178 assinaturas. A outra emenda popular pedindo diretas para presidente em novembro do próximo ano, patrocinada pelo senador Mário Covas, que pretendia recolher cinco milhões de assinaturas, não passou de 96.863.

Terminou à meia-noite o prazo para entrega de emendas populares e de constituintes ao anteprojeto de Constituição. O número de emendas populares superou a expectativa: a emenda de Covas foi protocolada com o número 100. Os constituintes apresentaram mais de 18 mil sugestões. Agora, o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, tem prazo até o dia 23 para trabalhar na elaboração de um substitutivo que será apresentado ao plenário no dia 24.

Campeãs — Das emendas populares, as patrocinadas pela CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — foram as campeãs absolutas de assinaturas. As quatro propostas — Educação, Família, Liberdade Religiosa e Ordem Econômica — obtiveram juntas o apoio de 1.761.519 eleitores. Também é da CNBB a emenda que individualmente conseguiu o maior número de apoios: com 749.856 assinaturas, prevê ensino gratuito para todos no primeiro grau, e determina que as verbas públicas destinadas à educação possam ser dirigidas às escolas particulares.

A segunda proposta com o maior número de assinaturas é a que prevê a manutenção do Sesc, do Senac, do Sesi e do Senai, patrocinada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, que reuniu 628.202 assinaturas. Sobre este mesmo assunto, pedindo a preservação das entidades, há outra emenda popular, patrocinada pelos empresários através das Federações das Indústrias de São Paulo e Brasília, com 423.678 assinaturas.

No último dia de entrega de emendas populares, pouco depois de protocolada a emenda popular que tem apoio do governador Waldir Pires pedindo a manutenção do estado da Bahia sem qualquer divisão, com 434.316 assinaturas, foi protocolada uma proposta inversa. Com 47 mil assinaturas entrou a emenda popular pedindo a criação do estado de São Francisco, com a divisão dos estados da Bahia e de Minas.

Diretas — As duas emendas populares que pedem diretas para presidente da República no próximo ano não obtiveram as assinaturas esperadas pelos seus próprios organizadores. A emenda do PT, por exemplo, teve menos assinaturas do que a sugestão dos funcionários da Polícia Federal que pedem a manutenção da censura para diversões públicas nos moldes atuais, subscrita por 67.136 eleitores. A proposta patrocinada pelo senador Mário Covas, também aquém das expectativas, obteve menos apoio que a emenda popular patrocinada pela Polícia Rodoviária Federal, com 175 mil 623 assinaturas, que pede a manutenção do patrulhamento ostensivo nas estradas federais por essa polícia especializada.

As emendas pedindo eleições diretas em 88 também foram ultrapassadas pelas quatro propostas pedindo Reforma Agrária, das quais a que obteve menos assinatura recolheu 283.381. Ou pelas que tratam dos direitos dos trabalhadores: das cinco propostas apresentadas, a que teve menos apoio conseguiu 173.703 assinaturas. O aborto continuou sendo tema para apresentação de emendas ontem. Adeptos brasileiros da seita Seicho-No-Ie apresentaram proposta contra o aborto com 36.104 assinaturas, aumentando para quatro as sugestões nesse sentido, contra uma a favor do aborto.

Com relação às emendas de constituintes, os temas que mais mobilizaram os parlamentares foram a definição de empresa nacional, o sistema de Governo, a educação, a seguridade social e a reforma agrária. Com o término do prazo para apresentação de emendas, o balanço de todas as lideranças é que a participação popular superou as expectativas com os quase 15 milhões de assinaturas recolhidas.

"Marajás" — Os altos salários dos marajás da administração pública entraram ontem na alça de mira dos constituintes. Emenda apresentada pelo deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP) determina que a Constituição fixará o valor máximo da remuneração na administração pública indireta e indireta, que só poderá ser alterado quando for modificado o salário mínimo. A emenda também estabelece que adicionais, gratificações e quaisquer outras vantagens que esses servidores venham a receber só poderão ser calculadas sobre a parte fixa dos salários, soldos e proventos, vedada a sua incidência sobre outros valores.



Crianças fizeram uma festa no momento de entregar sua emenda a Ulysses

Richa entrega propostas

O projeto de Constituição, dividido entre diversas emendas correlatas, ontem entregue pelo senador José Richa (PMDB-PR) ao relator Bernardo Cabral, consagra o regime parlamentarista de governo e integra algumas novidades no direito constitucional brasileiro. Permite, por exemplo, o usucapão urbano "àquele que, não sendo proprietário de imóvel urbano ou rural, possuir como seu, por cinco anos ininterruptos, sem contestação, imóvel urbano de até 250 metros quadrados de área".

O texto, chamado de projeto Hércules, resulta do trabalho de dois grupos distintos, ambos coordenados por paraenses. O senador José Richa coordenou o "grupo dos 32", que terminou com mais de cem parlamentares. O deputado Euclides Scalco fez o trabalho de coordenação no chamado "grupo de consenso",

que também reuniu quase cem parlamentares. O projeto Hércules foi desmembrado em diversas emendas para atender ao regimento interno, que proíbe a apresentação de um único substitutivo ao anteprojeto da Comissão de Sistematização.

O texto determina a proteção da vida desde sua concepção, o que proíbe o aborto. E cria duas novas figuras entre as obrigações do Estado e o direito do cidadão. O Estado brasileiro não poderá manter sob sigilo nenhum fato econômico, social ou político por mais de 20 anos. E qualquer cidadão poderá requerer a "inconstitucionalidade por omissão", nos casos em que o Congresso deixar de aprovar lei ordinária, regulamentando dispositivos da Constituição segundo os termos em que foi aprovada.

Proposta veta estabilidade

Cerca de 120 empresários do Rio Grande do Sul — que formaram o Movimento pela Liberdade Empresarial (MPLE) — entregaram ao relator da Constituição, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), emenda popular com 38 mil assinaturas contra a estabilidade no emprego, prevista no projeto da Comissão de Sistematização.

Os empresários, que lotaram um Boeing 767 da Varig, reuniram-se com a bancada gaúcha na Constituinte, visitaram o chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, e, no final da tarde, foram ao gabinete do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. As assinaturas de apoio à proposta foram coletadas em um mês, através da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiorgs).

A emenda propõe substituição do capítulo II, artigo 14 do projeto de Sistematização, dando-lhe a seguinte redação: "São direitos sociais dos trabalhadores

urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

1 — garantia da relação de emprego, salvo: a) contrato a termo; b) ocorrência de falta grave; c) prazos definidos em contratos de experiências, atendidas as peculiaridades do trabalho a ser executado; d) superveniência de fato econômico intransponível, técnico ou de infortúnio da empresa; e) pagamento de indenização progressiva e proporcional ao tempo de serviço, na forma da Lei."

Ao receber a emenda, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara, o deputado Bernardo Cabral disse que "não há empresário no mundo capaz de assegurar a estabilidade no emprego". afirmou que, como relator, não tem "nenhuma preocupação com a estabilidade no emprego, mas com a instabilidade do emprego". E pediu, por fim, que "empresários e empregados se deem as mãos".



Ulysses e Covas (C) trocam gentilezas

Estabilidade — De acordo com deputado do PDT que participa do grupo interpartidário em busca de conclusões de consenso dentro da Constituinte, a resistência dos patrões, quanto ao problema da estabilidade, não é à estabilidade em si, mas ao prazo que está sendo proposto — de noventa dias, considerado curto. Os deputados procuram consagrar na Constituição a figura da demissão imotivada e estudam proposta baseada na Resolução 158 da OIT — Organização Internacional do Trabalho, já subscrita por vários países, pela garantia do emprego após seis meses a um ano.

Previdência — A Associação Brasileira dos Institutos de Previdência Social (Abip), com sede em Natal, vai se manter de agora até a votação plenária do projeto da nova Constituição, em mobilização permanente. A Abip, segundo seu presidente, Lauro Bezerra, teme que o lobby da Previdência Social acabe por convencer os constituintes a estabelecerem na nova Carta a unificação progressiva de todos os regimes públicos de previdência.

No Rio, o movimento ganhou uma adesão importante: a do presidente do Iperj (Instituto de Previdência dos servidores fluminenses), ex-deputado Sérgio Magalhães.

Criança entrega emenda com Beethoven e Beatles

Ao som de *Submarino Amarelo*, dos Beatles, e da *Nona Sinfonia*, de Beethoven, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, participou de uma festa de crianças, no Salão Negro da Câmara, durante a entrega de emenda popular em favor da infância. "Crianças do meu Brasil, Jesus Cristo, que sabia o que dizia, afirmou: Deixai, homens, que vinde a mim as crianças", disse Ulysses, ao receber de Ezequias Nunes Chaves, de 9 anos — vestido com o uniforme de gala da banda de música —, o pacote com 66 mil 400 assinaturas em apoio à proposta.

Ao contrário da véspera, quando deixou o Salão Negro sob um chuva de bolinhas de papel e vaias dos adultos, o presidente da Constituinte foi recebido com bandinha de música, show de baliza, bandeirinhas pintadas em cartolina e muitos beijos e apertos de mão das crianças. Os professores, comandando a festa de entrega das assinaturas, faziam os discursos.

— Senhor presidente, existem 12 milhões de crianças abandonadas, 7 milhões nas ruas e 400 mil morreram no ano passado. 85% dessas assinaturas foram colhidas por mãos infantis. Que as crianças tenham direito à infância e ao futuro

— disse, ao microfone, Deodato Rivera, integrante da Comissão Criança e Constituinte, que usava a bandeira do Brasil como capa.

— E a emenda bafejada pelas brisas do futuro — respondeu Ulysses, em seu discurso.

Emenda — Além de alunos de colégios de Brasília, a comissão trouxe uma caravana de ônibus com 150 menores abandonados do Centro de Orientação Sócio Educativo do Menor Trabalhador (Cosomt), uma fundação de São Paulo. As crianças ergueram uma enorme bandeira do Brasil, com o sorriso de um boneco representando as estrelas, e retiraram de um baú os pacotes com as assinaturas. A emenda que trouxeram prevê proteção especial do Estado ao menor, quando em situação de abandono, orfanidade, deficiência física ou mental, infração às leis ou dependência de dorgas, e direito ao ensino gratuito a partir dos 7 anos, até a conclusão do nível médio.

Propõe, também, a proibição de trabalho para menores de 14 anos e inimizabilidade penal até os 18 anos. O Código Nacional da Criança e do Adolescente substituirá o atual Código de Menores e o Estado ficará obrigado a dar prioridade de recursos orçamentários à criança, de acordo com a proposta.

Ulysses só saiu de seu gabinete para a festa das crianças. À tarde, ele recebeu emendas do governador da Bahia, Waldir Pires, contra a divisão do estado; do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, convocando eleições diretas de presidente da República para 15 de novembro de 1988; e de grupos de empresários, contra a proposta de estabilidade no emprego e jornada de 40 horas semanais para os trabalhadores.

Críticas ao governo não abalam Ulysses

BRASÍLIA — Diante de um pacote com as 96 mil assinaturas em apoio às eleições diretas para presidente da República em 1988, o senador Mário Covas (PMDB-SP) virou-se para o presidente do partido, Ulysses Guimarães, e provocou: "Não discuto as razões pelas quais Vossa Excelência não subscreve esta emenda. Temos certeza que o senhor, mais dia, menos dia, vai subscrever". Ulysses sorriu e, voltando-se para a platéia que gritava "Assina, assina", respondeu, bem humorado: "Covas, você é meu guia e sou seu eleitor. Mas você me colocou numa sinuca de bico. Com sua famosa oratória, vou acabar me convencendo".

A cerimônia, no acanhado, auditório da liderança do PMDB, com pouco mais de cem pessoas, deixou claro que Ulysses e Covas selaram uma aliança de centro-esquerda que irá, ao menos, até o final da Constituinte. Ficou claro também que Covas cada vez mais se distancia do governo: "Mandato não é mercadoria para dar desconto" — disse, referindo-se à proposta do presidente Sarney de abrir mão de um ano de seu mandato. Ulysses, no entanto, surpreendeu mais, omitindo-se diante dos dois pesados ataques ao governo.

Ulysses limitou-se a ouvir, impassível, e não tocou no assunto em seu discurso. Chamado de "grande líder" por Covas, devolveu-lhe os elogios: "Sou seu eleitor. Covas, você é meu líder e eu sou obediente. Você é meu guia". Nesse instante o deputado Hermes Zaneti (PMDB-RS) gritou no auditório: "Então assina as diretas". Ulysses não se abalou, mas não fechou questão com a posição contrária, preferindo contornar o assunto elogiando Covas, sem refutar-lhe a previsão de que acabaria aderindo.

Os 93 integrantes da Comissão de Sistematização obtiveram, juntos, 61,46% (43 milhões 26 mil 278) dos votos nas eleições de 1986, embora sejam apenas 16,6% dos 599 constituintes. Os dados são do Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), em estudo sobre o perfil da comissão. Além da votação expressiva — cerca de 46 mil votos, em média, o componente da Sistematização é predominantemente homem, está na faixa etária dos 50 anos e tem curso universitário (98%). A maioria (47%) é de advogados. Dos 93 constituintes, 32% já pertenceram à Arena e 35% ao MDB, mas 32% não tinham filiação partidária até se candidatarem.